



A queda do regime nacionalista burguês na Síria é uma *derrota na luta das massas oprimidas árabes* contra os carniceiros imperialistas e sionistas

A burocracia russa se mostrou, mais uma vez, contrária à derrota do imperialismo e cúmplice da destruição das nações oprimidas por defender seus interesses particulares. As massas mundiais têm de assimilar as lições da derrota da Síria e se preparar para as novas batalhas, sob o objetivo da derrota do imperialismo e do sionismo

Manifesto PPRI

Em 8 de novembro, após uma ofensiva relâmpago de milícias ligadas ao imperialismo, ao sionismo e à Turquia, o governo de Bashar al-Assad colapsou, diante da impotência do Exército Árabe Sírio para deter os ataques e opor uma mínima resistência militar. A desagregação acelerada do exército nacional, o abandono de posições em lutar, as tentativas de golpe de estado intestinos e a incapacidade técnica e militar das reservas mais bem treinadas e equipadas do EAS para continuar a resistência, condenou o regime nacionalista burguês a cair como um castelo de cartas. O acordo entre Rússia, Irã e Turquia entregou o poder aos rebeldes, por meio de uma transição “pacífica”.

Em menos de duas semanas, a milícia sunita de Hayat Tahrir al-Sham ou HTS (uma dissidência da Al-Qaeda), armada e apoiada pela Turquia, junto de milícias pró-sionistas e da chamada oposição síria do Exército Nacional Sírio (ENS), com vínculos diretos com os EUA e com a Europa, tomaram as principais cidades do país e obrigaram os restos do EAS à fuga. Al-Assad fugiu do país e asilou-se na Rússia. O “governo de transição” é formado pelos membros das milícias jihadistas. Ficaram de fora desse governo, o Estado Islâmico, e os curdos, que ainda controlam o Nordeste do país, e que agora passaram a sofrer perseguições e assassinatos do novo governo, e também minorias nacionais ou que não fizeram parte da ofensiva contra Assad, mas que sofrem das mesmas violências. O “novo governo” estreia com a violência sectária e revanchista contra seus opositores e adversários.

O regime nacionalista que governou por mais de 50 anos a Síria, e tinha conquistado uma estabilidade política e econômica ao longo de muitos anos anteriores à guerra civil, estava condenado a perecer, sob pressão da ofensiva imperialista na guerra civil internacionalizada, a partir do momento em que sua economia se desintegrava, e eternizava-se no poder uma fração burguesa que se mantinha no controle do estado pela violência, e se demonstrou incapaz de libertar a nação dos ditames da burocracia contrarrevolucionária russa, que usava sua intervenção em defesa do governo deposto como moeda de troca. A Rússia preservou al-Assad no poder em meio à guerra civil, em troca de garantir sua presença na costa da Síria com suas bases navais e aéreas. A queda de Assad demonstrou, finalmente, que a burocracia nunca esteve disposta a gastar mais recursos para garantir a sobrevivência de Assad; avaliou, enfim, melhor chegar a um acordo com o imperialismo para preservar seus interesses particulares. Anos de repressão e ditadura nacionalista revoltaram setores da população, que na guerra civil se manifestariam na formação de milícias jihadistas. A política intervencionista imperialista, combinada à ausência de uma direção revolucionária, fez que essas milícias que inicialmente expressaram a revolta das massas oprimidas, acabassem como instrumentos e meios do imperialismo e seus aliados para derrubar o regime nacionalista sírio.

É possível que, após a vitória das milícias, o imperialismo e o sionismo se encaminhem a transformar a Síria em

um conjunto de pequenos estados etnicamente separados, portanto, incapazes de exercer qualquer ato de soberania ou autonomia nacional. Precisamente para evitar que as milícias tirassem qualquer vantagem da situação, e decidissem dar as costas a seus patrocinadores, foi que Israel (de comum acordo com o imperialismo) destruiu com bombardeios a frota e força aérea do EAS, bem como atacou fortemente as bases do Estado Islâmico no país. Assim, será mais fácil evitar que as milícias decidam seguir uma trilha política própria e, caso se revoltem contra seus atuais amos, não tenham como organizar um verdadeiro estado nacional. E melhorar assim as condições para avançar no cerco e ofensiva sionistas contra o Hezbollah e o Irã, ampliar o cerco imperialista sobre a Rússia, e destruir os objetivos comerciais (Rota da Seda) da China no Oriente Médio.

Durante décadas, o governo da família al-Assad conseguiu equacionar os conflitos sectários internos, ao combinar o controle das forças armadas e forças de segurança pelos alaúitas (seita xiita da qual provinham os al-Assad) com o controle da economia pelos sunitas, conseguindo assim manter a estabilidade interna. Os camponeses receberam terras e direitos políticos, ampliaram-se os direitos das mulheres, a cobertura da educação e a assistência médica universais. A indústria e serviços, em sua maioria, passaram a ser de propriedade estatal. A Síria aproximou-se muito cedo da URSS, e cooperou desde os anos da década de 1970 com o Irã e o Hezbollah. Por isso foi designado pelo imperialismo como um país “patrocinador do terrorismo”.

Bastaria olhar no mapa a disposição dos projetos econômicos e os interesses que opunham Irã, Iraque e Síria, contra EUA, França, Inglaterra, Alemanha, Israel e os países árabes pró-imperialistas, para se chegar à conclusão de que a derrubada do regime nacionalista burguês sírio, e sua troca por um “governo” sem qualquer poder real, significaram uma vitória circunstancial do imperialismo e de seus aliados, contra a burocracia russa e chinesa apoiadas nas nações árabes opostas ao imperialismo. Na década de 2000, apresentou-se o projeto do “Oleoduto da Amizade”, que uniria Irã-Iraque-Síria até a Europa (sem passar pela Turquia, nem pelos países do Golfo), criando uma rota “energética” direta para o petróleo iraniano. A guerra civil de 2011 e o bloqueio imposto ao Irã e à Síria paralisaram o projeto, enquanto começava a se desenhar um outro, que uniria o Qatar (campo South Pars/North Dome) à Turquia, passando pela Arábia Saudita, Jordânia e Síria, e ficaria sob controle do imperialismo, para assim condicionar a Europa a depender dessa rota de abastecimento, enquanto a burguesia turca teria um elemento de barganha (a passagem do transporte por seu país) para negociar com o imperialismo. Desse modo, a Europa estaria provida de uma fonte de recursos que não seria nem iraniana, nem russa, facilitando para os EUA o seu domínio sobre o continente dependente de importações de petróleo. A decisão de al-Assad, em 2008, de não participar desse projeto, e de se unir ao do Irã, sem dúvida, foi um motivo para a guerra civil na Síria. A insurgência popular contra o regime – produto dos reflexos da crise de 2008 sobre o mundo todo – abriu uma “janela de oportunidades” ao imperialismo para poder impor seus objetivos mais estratégicos. A destruição da Síria virou um “bom negócio” capitalista. Também se tornou um “bom negócio” para o sionismo, porque lhe permitiria avançar a passos largos em seu objetivo de colonizar de forma mais “econômica” (sem tantos encargos militares) toda a Palestina, sem ter de enfrentar uma resistência palestina e libanesa armada e financiada pelo Irã, e que se abastecia de armas e munições, graças ao “corredor” terrestre que atravessa o Irã-Iraque-Síria. Mas, é um “péssimo negócio” e um retrocesso para as burocracias russa e chinesa, uma vez que se veem mais cercadas e bloqueadas em seus projetos políticos e econômicos, que dependiam de manter equacionadas as relações entre estados e nacionalidades, particularmente na Síria.

O objetivo do imperialismo nesse país não é apenas a posse dos limitados recursos petrolíferos sírios, mas sim o de enfraquecer a influência e presença dos estados operários degenerados na região. Trata-se de um passo obrigatório no seu objetivo estratégico de cercar os estados operários para, finalmente, realizar uma ofensiva mais violenta (econômica e militar), visando a destruir a propriedade nacionalizada, derrubar a burocracia de seu controle e do estado e, assim, transformar os países que fizeram a revolução proletária em novas semicolônias, e destroçar suas fronteiras nacionais. O capitalismo em decadência somente poderá abrir um período (limitado e conjuntural) para a recomposição dos lucros monopolistas sobre a base da destruição maciça de forças produtivas, especialmente as desenvolvidas sobre a base da propriedade estatizada pelas revoluções. É por isso que o destino da Síria, assim como foram antes os do Iraque e da Líbia, estava e está determinado pelo caminho desse choque fundamental entre sistemas de propriedade antagônicos. Sobre a base dos despojos e da dissolução do estado sírio, as forças do imperialismo e do sionismo agirão agora mais livremente para acirrar sua ofensiva contra as nações e povos árabes. As lideranças do HTS, que controlam o “governo de transição”, explicitaram seu objetivo de colaborar com Israel e ajudar na derrota do Hezbollah e do Irã.

Não houve uma revolução na Síria, e sim a troca de um regime que obstaculizava ainda que limitadamente o avanço dos interesses monopolistas por um governo preposto que colabora e é apoiado pelo imperialismo. Isso não significa negar, nem muito menos, que o regime de al-Assad se tornou em uma ditadura e em regime de exceção em benefício dos interesses da burguesia nacional contra as massas sírias oprimidas. Mas só um democrata serviçal à burguesia (consciente ou inconscientemente) pode festejar a destruição de um governo e desmembramento de uma nação oprimida que se opunha ao imperialismo como se fosse uma “vitória revolucionária”. Deixando de lado o ódio legítimo dos que viram seus familiares serem presos e torturados ou mortos, as correntes e partidos que festejam a queda de al-Assad são os mesmos que festejaram no passado a queda de Kaddafi (Líbia) e de Hussein (Iraque), também como se fossem “vitória” das massas. Esses países foram destruídos pelo intervencionismo imperialista e submetidos aos mais violentos vexames

econômicos e barbáries sociais. Os que cantam vivas à “revolução síria” são os mesmos que quando o mesmo acontecer na Síria se esquecerão do que defenderam no passado, e sairão à procura de “novas revoluções democráticas” da qual parasitar politicamente.

É nesse quadro mais geral que a crise mundial de direção revolucionária das massas se coloca em toda sua dimensão e gravidade histórica. Crise que se mostrou um obstáculo ao avanço da resistência e insurgência das massas árabes para assumir um programa e objetivos frentistas anti-imperialistas claros, e dessa forma avançar no objetivo da guerra total pela derrota do imperialismo e do sionismo. Crise que ainda se mostrou um facilitador da decomposição pró-imperialista de milícias que estiveram nos seus inícios à frente da resistência contra as ocupações e intervenções imperialistas. Fundamentalmente, se mostrou um poderoso bloqueio ao avanço da luta de classe operária na sua independência de classe e para se dirigir a todos os oprimidos sob a estratégia revolucionária contra a burguesia.

Não duvidamos que haverá condições para que as massas árabes, junto à classe operária mundial, comecem a romper com as direções jihadistas e, em nossos países, com os oportunistas democratizantes que servem aos planos e objetivos monopolistas de justificar a queda de um regime nacionalista como inimigo da “democracia” e da “liberdade”. E quanto mais rápido avançarem nessa ruptura, mais se aproximarão da estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, que será um guia na luta revolucionária pelo socialismo na região e no mundo todo. Para dar passos nesse sentido, os explorados precisam dar saltos na superação da crise de direção revolucionária, construindo partidos proletários, revolucionários e internacionalistas, que tenham por princípio a defesa das nações oprimidas em choque com o imperialismo, ainda que com governos burgueses reacionários e repressivos – sem nunca compactuar com suas políticas ou seus métodos – e, ao mesmo tempo, da propriedade nacionalizada na Rússia e na China, se organizando para derrubar a burocracia e, desse modo, pôr gigantescos recursos materiais e técnicos conquistados sobre a base da propriedade nacionalizada a serviço da luta das massas oprimidas pela sua autodeterminação nacional e da luta proletária no mundo todo pela sua emancipação de classe e poder próprio.